

Unidade Nacional



Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
5 de dezembro de 2011 - Nº 277 www.sindipetrocaxias.org.br



ACT Unificado 2011/2013

Aprovado e Assinado!

Pagamento será no próximo dia 12

Os trabalhadores da Reduc e Tecam reconheceram os avanços na negociação conduzida pela FUP e seus sindicatos e aprovaram por ampla maioria o Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2013, em sessões de assembleia realizadas entre os dias 28 de novembro e 1º de dezembro. Com isso, garantiram a conquista do maior ganho real de uma categoria no ano de 2011. Foi aprovada também uma contribuição assistencial de 1% do salário básico em janeiro e fevereiro de 2012, para financiar os gastos da Campanha Salarial. O Sindipetro Caxias assinou o Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2013 com a Petrobrás e a Transpetro ainda no dia



1º, assegurando o pagamento do aumento real e do abono no dia 12 de dezembro.

A categoria reconheceu que a estratégia de mobilização e negociação foi correta, mostrando que com

organização e muita luta é possível avançar, recuperando direitos e criando novos benefícios. E as conquistas do Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2013 não foram poucas.

A direção do Sindipetro Caxias agradece a todos os trabalhadores do turno e administrativo que participaram das assembleias e mobilizações convocadas pelo Sindicato. A vitória é de todos os petroleiros.

| TOTAL PROPOSTA | | |
|----------------|-----|-------|
| SIM | NÃO | ABST. |
| 503 | 119 | 12 |

| TOTAL CONTRIBUIÇÃO | | |
|--------------------|-----|-------|
| SIM | NÃO | ABST. |
| 465 | 134 | 6 |

| REDUC PROPOSTA | | | |
|----------------|-----|-----|-------|
| GRUPO | SIM | NÃO | ABST. |
| C | 70 | 11 | 3 |
| A | 72 | 22 | 1 |
| H.A | 49 | 39 | 2 |
| B | 94 | 7 | 3 |
| D | 84 | 13 | 0 |
| E | 65 | 5 | 1 |

| TECAM PROPOSTA | | | |
|----------------|-----|-----|-------|
| GRUPO | SIM | NÃO | ABST. |
| D | 4 | 0 | 0 |
| E | 4 | 1 | 0 |
| C | 3 | 0 | 0 |
| H.A | 55 | 21 | 2 |
| A | 2 | 0 | 0 |
| B | 1 | 0 | 0 |

| REDUC CONTRIBUIÇÃO | | | |
|--------------------|-----|-----|-------|
| GRUPO | SIM | NÃO | ABST. |
| C | 58 | 24 | 2 |
| A | 58 | 36 | 0 |
| H.A | 36 | 26 | 0 |
| B | 88 | 16 | 0 |
| D | 84 | 13 | 0 |
| E | 66 | 5 | 0 |

| TECAM CONTRIBUIÇÃO | | | |
|--------------------|-----|-----|-------|
| GRUPO | SIM | NÃO | ABST. |
| D | 4 | 0 | 0 |
| E | 4 | 1 | 0 |
| C | 3 | 0 | 0 |
| H.A | 61 | 13 | 4 |
| A | 2 | 0 | 0 |
| B | 1 | 0 | 0 |

| PARCIAL REDUC PROPOSTA | | |
|------------------------|-----|-------|
| SIM | NÃO | ABST. |
| 434 | 97 | 10 |

| PARCIAL REDUC CONTRIBUIÇÃO | | |
|----------------------------|-----|-------|
| SIM | NÃO | ABST. |
| 390 | 120 | 2 |

| PARCIAL TECAM PROPOSTA | | |
|------------------------|-----|-------|
| SIM | NÃO | ABST. |
| 69 | 22 | 2 |

| PARCIAL TECAM CONTRIBUIÇÃO | | |
|----------------------------|-----|-------|
| SIM | NÃO | ABST. |
| 75 | 14 | 4 |

Editorial

O desespero da oposição

A oposição à atual direção do Sindipetro Caxias perdeu a cabeça durante as sessões de assembleia e sofreu uma crise de identidade. No início, dizia que a proposta da Petrobrás era ruim e deveria ser rejeitada. No meio, começou a mudar de opinião e falar que a proposta não era tão ruim e poderia avançar mais. Nas últimas sessões de assembleia já não sabia mais o que falar.

No desespero, tentaram enganar os trabalhadores do Tecam, divulgando que o Sindicato já havia “corrido para assinar o acordo” com a Transpetro, sem resolver os problemas de redação e das cláusulas que estavam faltando. Não sabiam, porém, da existência de uma quinta proposta que aumentou o Acordo Coletivo em mais 16 cláusulas e corrigiu a redação de várias outras.

Tentativa de estelionato

Durante a sessão de assembleia do Regime Administrativo do Tecam, um membro da oposição, que já tinha participado de assembleia na Reduc, assinou a lista de presença novamente e tentou votar. O fato foi denunciado pela direção sindical que impediu o estelionatário de votar duas vezes. Na última eleição para a direção do Sindipetro Caxias, um dos membros da chapa da oposição votou duas vezes, mas a Comissão Eleitoral detectou a fraude e anulou o voto.

Faça o que eu falo, não faça o que eu faço

A oposição pretendia desqualificar as conquistas do Acordo Coletivo negociado pela FUP e trouxe o apoio de alguns diretores do Sindipetro-RJ, afirmando que estavam aqui para construir a greve. Ocorre que na quinta-feira, 1º de dezembro, tal sindicato já havia assinado o ACT 2011-2013, assim como o Sindipetro-SE/AL, cuja direção é do PSTU. A quem a oposição queria enganar defendendo uma “greve unificada” com sindicatos que se aproveitaram da negociação da FUP e assinaram o acordo primeiro?

FUP e Sindipetro Caxias cobram do governo e parlamentares isenção de IR sobre a PLR



Sérgio Abbade, diretor do Sindipetro Caxias, e o coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, participaram de reuniões com o ministro Gilberto Carvalho e o deputado Marco Maia, que ocupava interinamente a Presidência da República

Junto com metalúrgicos, bancários e químicos, a FUP participou nesta quinta-feira, 01, de uma agenda da CUT em Brasília cobrando do governo e dos parlamentares a isenção da cobrança do Imposto de Renda sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Representados pela FUP e Sindipetro Caxias, os petroleiros apresentaram a proposta dos trabalhadores ao ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência da República, e ao deputado Marco Maia (PT/RS), presidente da Câmara dos Deputados, que recebeu os sindicalistas no Palácio do Planalto, quando ocupava interinamente o cargo de presidente do país.

A proposta prevê isenção do IR sobre PLR de até R\$ 8 mil anuais e reduções progressivas sobre as alíquotas de 7,5% a 27,5%. Por exemplo, um trabalhador que atualmente ganha R\$ 16 mil de PLR e que desconta IR de R\$ 3.676,05, teria o imposto reduzido para R\$ 900,00. Já um trabalhador que ganha R\$ 20 mil de PLR, o desconto do IR atual é de R\$ 4.776,05. Pela proposta da CUT, os trabalhadores teriam o imposto reduzido para R\$ 1.785,00. Aqueles que recebem uma PLR acima da média também seriam beneficiados pela proposta apresentada ao governo. É o caso, por exemplo, de um trabalhador que recebe R\$ 30 mil de PLR e que pela regra atual paga R\$ 7.526,05 de imposto de renda. Com a redução da alíquota, ele passaria a pagar R\$ 4.522,50. A CUT, junto com a FUP, bancários, metalúrgicos do ABC e químicos, reivindicam que o governo transforme essa proposta em uma Medida Provisória para que os trabalhadores possam ter direito à isenção do IR na PLR do próximo ano.

O argumento principal é de que os lucros e dividendos recebidos pelos acionistas das empresas são isentos de imposto de renda desde 1996. Já os trabalhadores, que utilizam a PLR para complementar a renda, movimentando ainda mais a economia, são obrigados a pagar imposto sobre os valores recebidos. Segundo cálculos da CUT, a isenção do IR sobre a PLR representará cerca de R\$ 1,6 bilhão a mais no consumo da classe trabalhadora, com reflexos diretos na economia do país. Tanto o deputado Marco Maia, quanto o ministro Gilberto Carvalho foram bastante receptivos à proposta e se comprometeram a defender a reivindicação perante a presidenta Dilma Rousseff.

Ministério do Trabalho interdita Caldeira de CO da Reduc

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lavrou um auto de interdição da Caldeira de CO da Reduc na última segunda-feira, 28 de novembro, em razão de vazamento de monóxido de carbono (CO) na tubulação que alimenta a fornalha. A gerência da refinaria manteve a interdição em segredo e, na quarta-feira, 30, apresentou recurso junto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE)

para reverter a interdição e liberar a operação do equipamento. Como o auto de interdição tem que ser validado pelo Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, este solicitou ao Auditor Fiscal o cancelamento da interdição, mas o Auditor se negou alegando que o laudo era técnico e que a operação da Caldeira de CO naquela situação comprometeria a integridade dos trabalhadores, das instalações e da comunidade do entorno da refinaria.

Nesta sexta-feira, 2 de dezembro, por volta das 19 horas, Sindipetro Caxias foi informado dos fatos através do chefe da fiscalização do MTE em Brasília, que orientou os dirigentes sindicais a comparecerem à SRTE na segunda-feira, 5, para tomarem conhecimento



do auto de interdição e expor os perigos da operação da Caldeira de CO naquela situação. Há informações de que o gerente geral da Reduc irá comparecer à SRTE também na segunda-feira para saber se o recurso foi aceito ou não.

A Caldeira de CO da Reduc apresentou vazamento de monóxido de carbono na tubulação que alimenta a fornalha no dia 27 de outubro. O monóxido de carbono é um gás altamente inflamável e mata por asfixia. A vazão de CO que é enviada da unidade U-1250 para a Caldeira é da ordem de 120 mil normais metros cúbicos por hora. Na ocasião do vazamento, a atmosfera apresentava uma contaminação de 122 ppm, quando a legislação (NR-15, Anexo 11) tem como limite de tolerância 39

ppm. Mesmo assim a gerência da refinaria decidiu não parar a caldeira, colocando em risco a vida dos empregados próprios e contratados que trabalham ou transitam pela área da unidade U-1250, onde fica localizado o equipamento. A Reduc apenas isolou o local do vazamento e ainda obrigou os trabalhadores da unidade a utilizarem conjunto autônomo para acessar os equipamentos.

Ao tomar conhecimento do vazamento no dia 31 de outubro, o Sindipetro Caxias se reuniu com a gerência da Reduc solicitando a parada da Caldeira de CO. Após a negativa, enviou ofício à gerência da refinaria e do Abastecimento, ao Ministério Público Federal (MPF), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e Comissão de Certificação da NR-13 (ComCer), exigindo providências para a imediata parada da unidade U-1250 a fim de se providenciar o reparo da tubulação. Em razão da denúncia do Sindicato o MTE finalmente interditou a Caldeira de CO.

Encontro dos pesquisadores da REBIO Tinguá

O Sindipetro Caxias patrocinou e participou do VII Encontro dos Pesquisadores da REBIO Tinguá que ocorreu entre os dias 24 e 26 de novembro, na Reserva Ambiental dos Petroleiros. O tema era “Conhecer para Preservar” e contou com a presença de vários especialistas na área de meio ambiente e de diversas universidades do país. Durante o encontro, foi homenageado o pesquisador Eugenio Izecksohn que

descobriu o menor sapo do mundo, o sapo pulga, na Reserva dos Petroleiros. Outro homenageado foi o Sr. Walter da Silva, morador de Tinguá e conhecido como o “o dono do mato”, que teve uma nova espécie de árvore nativa da região do Tinguá batizada com o seu nome: “Simira Walteriana”.

O Sindicato está produzindo um livro dos trabalhos científicos apresentados e fará convênio com a

UFRJ, UFRRJ e UERJ para desenvolver trabalhos de pesquisa na reserva. A Reserva Ambiental dos Petroleiros é um centro de referência a pesquisa da Mata Atlântica e espera contribuir para novas descobertas e preservação da fauna e flora.

A reserva está aberta à visitação de todos associados e conta com um Parque Aquático, Horto-Escola, trilha para caminhadas e um amplo espaço cheio de plantas e animais nativos da Mata Atlântica.

Jurídico “Direitos” dos integrantes da contingência

Por Normando Rodrigues*

A Constituição da República, a CLT e a Lei de Greve, estabelecem um sistema de relações de trabalho que se baseia na prevalência das ações e direitos coletivos sobre os individuais, por uma razão muito simples: apenas organizado coletivamente o trabalhador tem chances de negociar com o empregador.

A isso chamamos Autonomia Coletiva da Vontade, elemento essencial para a validação e reconhecimento jurídico de qualquer acordo coletivo de trabalho.

Ao contrário disso, as “equipes de contingência” com que Petrobrás e Transpetro enfrentaram as

mobilizações da Campanha de 2011, não apenas descumpriram resoluções das assembléias de trabalhadores como explicitamente renunciaram à proteção coletiva, em prol de uma relação individual.

Relação individual servil, mecânica, desumanizada, na qual deixaram de ter vontade própria para pretender multiplicar as determinações do patrão. Por tais razões, a participação dos contingentes, já arregimentados enquanto tropa de choque do patrão, nas assembléias, seria tudo menos democrática.

A evidente ação antissindical será denunciada ao Comitê de Liberdades Sindicais da OIT, e demandará ações

de indenização por danos morais coletivos à categoria, nas quais serão réus tanto a Petrobrás quanto os gerentes e “contingentes”. Mas isso não é tudo.

É essencial a seguinte reflexão: com que direito o “contingente” pode se sentar à mesa do verdadeiro trabalhador, e dividir o pão deste? Em outras palavras, tendo optado por uma relação servil e individual com o patrão, com que direito o “contingente” pode pretender usufruir dos resultados da mobilização autônoma e coletiva que combateu?

**Assessor jurídico do Sindipetro Caxias e da FUP – normando@nrodrigues.adv.br*

Sindicato denuncia ao MPT fraude no ASO da Reduc

Em audiência no Ministério Público do Trabalho, o Sindipetro Caxias entregou Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) dos trabalhadores da Reduc, comprovando que nenhum

risco ocupacional é discriminado, incluindo o Benzeno. A Reduc insiste em lançar no ASO que não existe nenhum risco ambiental, relatando “ausência de riscos específicos”.

Também foi entregue ao procurador uma cópia do Termo de Ajustamento de Conduta que obriga a REFAP a inserir no ASO dos seus empregados o risco Benzeno.

CURTAS

Inspeção das obras do ORBEL

Em agosto ocorreu o deslizamento de uma rocha com mais de 100 toneladas que atingiu o duto ORBEL, que transporta óleo da Reduc para a Regap. A obra de recuperação do duto já deixou uma vítima, que sofreu amputação de um dos dedos por esmagamento após a explosão de uma rocha. No dia 26 de novembro, o Sindipetro Caxias esteve vistoriando a obra do duto que é de grande complexidade devido às condições ambientais.

Contribuição Assistencial

As sessões de assembleia na Reduc e Tecam aprovaram a contribuição de 1% do salário básico em janeiro e 1% em fevereiro de 2012, sendo 0,5% para o sindicato e 0,5% para a FUP. O Sindipetro Caxias solicita que todos os trabalhadores sindicalizados ou não contribuam para pagar os custos da Campanha Salarial, visto que as conquistas do ACT são para todos. No entanto, aqueles que quiserem

se opor à contribuição devem preencher o formulário na página do Sindicato na internet e entregar na secretaria que funciona de segunda a sexta-feira, das 09 às 18 horas, até o dia 30 de dezembro de 2011.

A Petrobrás e a Transpetro não podem receber oposição à contribuição assistencial, nem distribuir formulário para os empregados. Tal prática caracteriza ato antissindical.

Reunião da CNPBz

A última reunião do ano da Comissão Nacional Permanente do Benzeno ocorrerá de 7 a 9 de dezembro, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O Sindipetro Caxias estará participando da reunião com a sua assessoria jurídica e convidou os procuradores do MPT de Nova Iguaçu. Será apresentado o posicionamento das bancadas de governo e de trabalhadores sobre a nova proposta da bancada patronal quanto aos valores do VRT e a Petrobrás dará explicações sobre o Benzeno na UTGCA e Urucu (AM), bem como sobre o acidente da RLAM.